



05/04/2021

Número: **0801931-92.2020.8.20.5103**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Currais Novos**

Última distribuição : **10/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE BEZERRA DE MEDEIROS (AUTOR)		FLAVIA MAIA FERNANDES (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (RÉU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67243312	05/04/2021 22:43	Petição de impugnação	Petição
67243313	05/04/2021 22:43	2754053_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Petição
67224391	05/04/2021 15:10	Alegações Finais	Alegações Finais
67224392	05/04/2021 15:10	Alegações finais - Manifestação a laudo Dpvt - JOSE BEZERRA DE MEDEIROS X SEGURADORA DPVAT	Petição

PETIÇÃO ANEXA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURRAIS NOVOS/RN

Processo n.º 08019319220208205103

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE BEZERRA DE MEDEIROS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 07/08/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE BEZERRA DE MEDEIROS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00805

CONTA: 000000042946-3

Nr. da Autenticação 29FA010C434D15FD

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Destarte, requer a Ré que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo *expert*, tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CURRAIS NOVOS, 5 de abril de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 05/04/2021 22:43:53
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040522435320600000064321460>
Número do documento: 21040522435320600000064321460

Em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CURRAIS NOVOS/RN.

PROCESSO: 0801931-92.2020.8.20.5103

JOSE BEZERRA DE MEDEIROS, amplamente qualificado nos autos do processo supramencionado, por meio de sua advogada e procuradora que esta subscreve, vem respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, em cumprimento a determinação exarada nos autos, ofertar **ALEGAÇÕES FINAIS**, manifestando-se acerca do laudo pericial reiterando o pedido formulado na PETIÇÃO INICIAL, fazendo-a nos seguintes termos:

01. Como amplamente narrado e demonstrado através dos documentos que fundamentam a exordial, o requerente sofreu acidente em 14/03/2020. Salienta-se que em virtude do acidente o requerente passou por todo procedimento médico necessário, no entanto esta apresenta sequelas permanentes decorrentes do acidente, apresentado: fratura do punho e mão direitos com atrofia muscular e paralisia nos dedos.

02. O requerente, então, deu entrada administrativamente pelos correios para receber a indenização referente ao seguro DPVAT, tendo recebido a quantia de 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Rua Moisés Galvão, 125 - Centro - Currais Novos/RN
flaviamaiaadvocacia@hotmail.com

(84) 3412-1112 Fixo
(84) 99877-0162 Whatsapp



03. Importa demonstrar que, em conformidade com perícia realizada na data de 29/03/2021, foi constatado, por parte do médico perito designado por este Juízo, que o autor sofrera fratura do punho esquerdo e mão direita, com graduação de lesão de 50%, cada uma.

04. Assim, deverão ser considerados os laudos particulares acostados nos autos, os quais demonstram as lesões narradas na inicial. Desta forma, considerando-se que a Lei nº 6.194/74, com as alterações trazidas pela lei 11.482/2007, estabelece a quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) para quem apresenta perda funcional completa de um dos membros inferiores, como é a situação do promovente, este faz jus ao recebimento do remanescente de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

05. Diante disso, não há como se eximir a seguradora requerida da responsabilidade que lhe cabe. Por todo o exposto, requer o julgamento **PROCEDENTE** da presente ação, condenando a requerida a pagar o Seguro Obrigatório DPVAT, ao valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), acrescido dos juros legais à taxa de 1% ao mês, tudo corrigido monetariamente, tendo em vista que o autor encontra-se com sérias sequelas (Lei nº 6.194/1974, como nova redação dada pela Lei nº 11.482/2007), em decorrência do grave acidente que sofreu, conforme laudo médico anexado.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Currais Novos/RN, 05 de abril de 2021.

FLÁVIA MAIA FERNANDES
ADVOGADA – OAB/RN 8403

